

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.067 - RS (2019/0280822-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**
ADVOGADOS : **PAULO CESAR DA ROSA GÓES - RS077330A**
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO E OUTRO(S) - RS083593A
RODRIGO FRASSETTO GÓES - RS087537A
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RS074909A
RECORRIDO : **E A A**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO. SÚMULA 72 DO STJ.

A existência de notificação extrajudicial válida e regular é condição de procedibilidade da demanda, e deve ser prévia ao ajuizamento.

No caso concreto, a notificação não comprova a mora do devedor, no sentido da Súmula 72 do STJ, tendo em vista que a tentativa de entrega restou negativa, haja vista a ausência da parte.

NEGARAM PROVIMENTO AO APELO.." (e-STJ, fl. 102)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 4º, 10, 139, IX, 321, do Código de Processo Civil/2015, 113 e 422 do Código Civil, 2º, § 2º, 3º, do Decreto-Lei 911/69, 14 e 15, da lei 9.492/97. Sustenta, em síntese, que: a) constituição do recorrido em mora está devidamente comprovada pela demonstração de envio da notificação extrajudicial para o endereço informado no contrato; b) o devedor tem o dever de agir com lealdade contratual e boa-fé processual, informando eventuais alterações de seus dados cadastrais, de modo a viabilizar o recebimento das correspondências remetidas pela parte credora; c) "(...) em casos como este em que houve sim o esgotamento dos meios de localização do devedor, admite-se a comprovação da mora por meio do protesto do título por edital" (e-STJ, fl. 124).

É o relatório. Passo a decidir.

A Quarta Turma desta Corte, no julgamento do Recurso Especial (REsp nº 1.292.182/SC, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, DJe 16/11/2016), alterando entendimento até então consagrado pela jurisprudência do STJ, entendeu que para a comprovação da mora do devedor, a notificação extrajudicial realizada por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos foi considerada, por própria opção do legislador, formalidade desnecessária.

O aludido julgado recebeu a seguinte ementa:

"ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, NA ORIGEM, CONFIRMADA PELO COLEGIADO. OFENSA AO ART. 557 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. MORA EX RE. INADIMPLENTO OCORRE NO VENCIMENTO DA PRESTAÇÃO CONTRATUAL. NOTIFICAÇÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. DEMONSTRAÇÃO DA MORA. PODE SER FEITA MEDIANTE PROTESTO, POR CARTA REGISTRADA EXPEDIDA POR INTERMÉDIO DO CARTÓRIO DE TÍTULOS OU DOCUMENTOS, OU POR SIMPLES CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO. EVOLUÇÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL, PARA SE AMOLDAR ÀS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO LEGISLADOR.

1. A mora é causa de descumprimento parcial dos contratos de arrendamento mercantil e verifica-se quando o devedor não efetua pagamento no tempo, ou lugar convencionados. Com efeito, a mora constitui-se ex re, isto é, decorre automaticamente do vencimento do prazo para pagamento, motivo pelo qual não cabe qualquer inquirição a respeito do montante ou origem da dívida, para a aferição da configuração da mora.

2. Orienta o enunciado da Súmula 369/STJ que, no contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora. Contudo, cumpre ressaltar que essa notificação é apenas, a exemplo dos contratos garantidos por alienação fiduciária, mera formalidade para a demonstração do esbulho e para propiciar a oportuna purga da mora (antes do ajuizamento da ação de reintegração de posse).

3. Por um lado, a própria redação atual do art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/1969 é expressa a respeito de que a mora decorre do simples vencimento do prazo para pagamento. Por outro lado, conforme a atual redação do mencionado dispositivo,

promovida pela Lei n. 13.043/2014, o entendimento até então consagrado pela jurisprudência do STJ, acerca da necessidade de notificação via cartório, foi considerado, por própria opção do legislador, formalidade desnecessária.

4. Consoante a lei vigente, para a comprovação da mora, basta o envio de notificação por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante no referido aviso seja a do próprio destinatário. Com efeito, como não se trata de ato necessário para a caracterização/constituição da mora - que é ex re -, não há impossibilidade de aplicação da nova solução, concebida pelo próprio legislador, para casos anteriores à vigência da Lei n. 13.043/2014.

5. Com efeito, a demonstração da mora em alienação fiduciária ou leasing - para ensejar, respectivamente, o ajuizamento de ação de busca e apreensão ou de reintegração de posse - pode ser feita mediante protesto, por carta registrada expedida por intermédio do cartório de títulos ou documentos, ou por simples carta registrada com aviso de recebimento - em nenhuma hipótese, exige-se que a assinatura do aviso de recebimento seja do próprio destinatário.

6. Recurso especial provido."

(REsp 1.292.182/SC, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 29/09/2016, DJe 16/11/2016, grifou-se)

No caso presente, o v. acórdão recorrido assenta que:

"Consigno que a insurgência recursal não merece prosperar, porquanto a notificação extrajudicial, conforme as fls. 18/18v., não tem o capacidade de comprovar a mora do devedor, no sentido da Súmula 72, STJ, visto que há uma tentativa de entrega, a qual restou infrutífera, pois fora restituída pelo motivo de ausência do devedor." (fl. 104).

Vê-se, desta forma, que o aresto recorrido decidiu em desconformidade com a jurisprudência desta Corte, merecendo reforma.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para afastar a falta de comprovação da mora da parte recorrida e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do feito, como entender de direito.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator